

E-045



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

EDITAL N.º 1.188/2025

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Duração: 5h (cinco horas)

Leia atentamente as instruções a seguir:

Transcreva a frase abaixo para o quadro “Exame Grafotécnico” do seu cartão de respostas
“A força da vontade quebra barreiras e ilumina o caminho da plena realização.”

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 50 (cinquenta) questões da **prova objetiva**, sem repetição ou falha, e 3 (três) questões da **prova discursiva**, conforme distribuição abaixo:

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	PROVA DISCURSIVA
1 a 12	13 a 24	25 a 30	31 a 50	3

b) Um cartão de respostas destinado às respostas das questões objetivas, com a folha da prova discursiva no verso.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, RG, cargo e número de inscrição conferem com os dados que aparecem no cartão de respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do cartão de respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No cartão de respostas da prova objetiva, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: A B C D E

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas **5 (cinco) alternativas** classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 O candidato poderá entregar seu cartão de respostas, seu caderno de questões e retirar-se da sala de prova somente depois de decorridas **2 (duas) horas** do início da prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o termo de ocorrência declarando sua desistência do certame, que será lavrado pelo coordenador do local.

07 O Instituto Selecon fornecerá formulário específico para o candidato anotar **ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE** as respostas da prova objetiva. **O candidato que se retirar da sala levando o cartão de respostas estará automaticamente eliminado do certame.**

08 Reserve os **30 (trinta)** minutos finais para marcar seu cartão de respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no caderno de questões não serão levados em consideração.

09 Os **3 (três)** últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluem a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

CONHECIMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A Lei Federal de n.º 8.112/1990 estabelece o prazo de validade dos concursos públicos no âmbito federal. Com base nessa Lei, determinado concurso, estabelecido pelo prazo de 1 (um) ano, poderá ser prorrogado:

- A) uma única vez pelo prazo de 2 (dois) anos
- B) uma única vez pelo prazo de 1 (um) ano
- C) duas vezes pelo prazo de 2 (dois) anos
- D) duas vezes pelo prazo de 1 (um) ano
- E) não pode ser prorrogado

2. Conforme disposto na Lei Federal de n.º 8.112/1990, constituem indenizações ao servidor:

- A) adicionais
- B) gratificações
- C) auxílio-moradia
- D) auxílio pré-escolar
- E) bônus de produtividade

3. Gael, servidor público efetivo da UFRJ, foi demitido após procedimento administrativo que apontou improbidade administrativa do agente. Depois de buscar apoio jurídico, Gael obteve sentença judicial transitada em julgada, que reconheceu falhas no procedimento. Diante do êxito obtido, o servidor busca retornar ao cargo anteriormente ocupado, o que poderá ser feito pelo provimento de:

- A) reintegração, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- B) reversão, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- C) reintegração, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado
- D) aproveitamento, mas somente receberá os valores no período que efetivamente laborou
- E) aproveitamento, com recebimento integral de todos os proventos do período que esteve afastado

4. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é basilar, pois está presente tanto no momento de elaboração da lei quanto no momento de aplicação desta pela Administração Pública. Com relação a esse princípio, pode-se afirmar que ele é:

- A) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar a desapropriação
- B) implícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o direito de petição
- C) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o procedimento de licitação
- D) explícito, e como exemplo de sua aplicação podemos mencionar o exercício do poder de polícia
- E) indiferente tal classificação, visto que esse princípio pode ser considerado implícito ou explícito, dependendo da ocasião

5. Nos termos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é vedado:

- A) facilitar a fiscalização de todos atos ou serviços por quem de direito
- B) apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício da função
- C) desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular
- D) deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister
- E) participar dos movimentos e estudos que se relacionem com a melhoria do exercício de suas funções, tendo por escopo a realização do bem comum

6. A Lei Federal n.º 11.091/2005 dispõe que o desenvolvimento do servidor de carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente:

- A) Progressão por nível de Classificação "E" até Classificação "A"
- B) Progressão por Tempo de Serviço ou Progressão por Mérito Profissional
- C) Progressão por Certificação ou Progressão por Apoio Profissional
- D) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Tempo de Serviço
- E) Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional

7. Conforme dispõe a Lei de n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração Pública Federal, pode-se afirmar que os atos administrativos devem ser motivados por meio de:

- A) ato de delegação de competência que é irrevogável a qualquer tempo pela autoridade delegante
- B) decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais que não precisarão constar da respectiva ata ou de termo escrito, pelo princípio da oralidade
- C) declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, com motivação explícita, que, nesse caso, serão parte integrante do ato
- D) decisões tomadas por delegação, ainda que devam indicar essa condição, considerando-se, para todos os efeitos, como editadas pela autoridade delegante, que é a titular da competência
- E) atos administrativos que não necessariamente deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, ainda que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo, como ocorre em situações sigilosas

8. Com base no disposto na Lei Federal de n.º 9.784/1999, têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

- A) associações na defesa de interesse de seu associado
- B) titulares de direitos, mesmo que não forem parte no processo
- C) Ministérios Públicos Estaduais na defesa de interesses de qualquer cidadão
- D) as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos
- E) quaisquer cidadãos, independente da existência de direitos ou interesses afetados pela decisão recorrida

9. Com relação à administração pública direta e indireta, pode-se afirmar que:

- A) a exploração de atividade econômica pelo Estado será realizada por intermédio de pessoas jurídicas de direito público ou privado integrantes da Administração Direta, sendo-lhe vedada a atuação direta nessas atividades
- B) as autarquias respondem de forma indireta e subjetiva. A Administração Direta deverá ser acionada judicialmente de forma solidária, ainda que a autarquia não disponha de condições patrimoniais ou orçamentárias para arcar integralmente com o valor da condenação
- C) a administração pública indireta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tais como as autarquias, as empresas públicas e as fundações públicas de direito público, instituídas ou autorizadas por lei específica
- D) as sociedades de economia mista integrantes da administração indireta podem explorar atividade econômica sem se submeter ao controle da administração direta, privilegiando a aplicação integral do regime de direito privado para assegurar maior flexibilidade operacional e dispensando a fiscalização quanto à finalidade pública
- E) de acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração Indireta. Órgão, por sua vez, é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta ou Indireta, desprovida de personalidade jurídica própria, criada para o desempenho de funções estatais

10. A Lei Federal de n.º 14.230/2021 promoveu grande atualização na Lei 8.429/2021, que dispõe da improbidade administrativa. Uma das alterações mais substanciais ocorridas foi a:

- A) possibilidade de extinção do processo sem julgamento do mérito em qualquer fase do processo
- B) alteração do elemento objetivo, passando a considerar punição também em caso de culpa grave
- C) decretação de indisponibilidade do bem de família do réu, mesmo que não comprovado que o imóvel seja fruto de vantagem patrimonial indevida
- D) decretação de indisponibilidade da quantia de até 40 (quarenta) salários mínimos depositados em caderneta de poupança e em outras aplicações financeiras
- E) ampliação do prazo prescricional, que foi alterado para 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato, ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência

11. A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas. Nos termos da Lei Federal Complementar de n.º 101/2000, a lei de diretrizes orçamentárias disporá sobre:

- A) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos
- B) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- C) refinanciamento da dívida pública que constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional
- D) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- E) estimativa global de incentivos concedidos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas

12. O Decreto Federal de n.º 9.758/2019 instituiu uniformização na forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal. Com base em tal decreto, o único pronome de tratamento utilizado passou a ser:

- A) ilustre
- B) doutor
- C) senhor
- D) excelência
- E) respeitável

CONHECIMENTOS GERAIS

13. A Lei n.º 12.527/2011 tem por finalidade precípua a regulamentação do direito constitucionalmente garantido de acesso às informações públicas. No que diz respeito a essa lei, pode-se afirmar que a decisão denegatória de acesso a informações por órgãos e entidades do poder público:

- A) é irrecorrível
- B) não autoriza o requerente a obter seu inteiro teor por certidão ou cópia
- C) pode ensejar a interposição de recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência
- D) pode motivar a interposição de recurso que será dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada, devendo esta se manifestar no prazo de 5 dias
- E) pode levar o requerente a recorrer à Controladoria-Geral da União, caso a negativa advinha de órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, que deliberará no prazo de 10 dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado

14. O Decreto n.º 7.724/2012 regulamenta, de forma detalhada, a aplicação da Lei n.º 12.527/2011 no âmbito do Poder Executivo Federal. Consoante a esse decreto, no que diz respeito ao pedido de acesso à informação:

- A) qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formulá-lo
- B) os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal poderão fazer exigências relativas aos motivos desse pedido
- C) não serão atendidos pedidos genéricos de acesso à informação, salvo nos casos em que seja apresentada justificativa plausível
- D) é vedado ao requerente, devidamente identificado no sistema eletrônico, optar pela preservação de sua identidade perante os órgãos ou as entidades demandados
- E) este será apresentado em formulário padrão, presencialmente, no SIC dos órgãos e das entidades, não sendo permitida a apresentação por meio de sistema eletrônico específico

15. A Lei n.º 13.709 de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), versa sobre o tratamento de dados pessoais, objetivando proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Consoante o artigo 6º dessa lei, as atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e determinados princípios. Trata-se de princípio expressamente previsto nesse artigo:

- A) eficácia
- B) moralidade
- C) publicidade
- D) transparência
- E) qualidade dos dados

16. Considere a seguinte situação hipotética: faz-se necessária a contratação de uma empresa para a realização de obras de modernização energética em prédios administrativos, por parte de um consórcio público intermunicipal. Essa obra inclui a troca de equipamentos, a implementação de um sistema de monitoramento e a garantia de uma redução mínima no consumo de energia. Tal redução deve ser confirmada por indicadores objetivos durante a execução do contrato. No que tange à remuneração da empresa contratada, o edital prevê que esta será parcialmente ligada ao desempenho relacionado à economia realmente alcançada. Consoante o disposto na Lei n.º 14.133/2021, pode-se afirmar que a licitação deve adotar, respectivamente, a modalidade e o critério de julgamento:

- A) concorrência e técnica e preço, devido à complexidade do objeto
- B) diálogo competitivo e melhor técnica, devido à inovação tecnológica envolvida
- C) leilão e maior retorno econômico, pois se trata de economia futura para a Administração
- D) pregão e menor preço, por se tratar de contratação com indicadores objetivos de desempenho
- E) concorrência e maior retorno econômico, pois envolve contrato de eficiência com remuneração relacionada à economia gerada

17. A Constituição Federal de 1988, em seu Título II, aborda os chamados direitos e garantias fundamentais, regulados do artigo 5º ao 17. No art. 5º, estão previstos os direitos e deveres individuais e coletivos, nos quais encontra-se o direito de associação. Em consonância com o texto constitucional, pode-se assumir que:

- A) ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado
- B) é vedada a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida apenas para fins expressamente autorizados em lei
- C) as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, ainda que não haja autorização expressa
- D) a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas dependem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento
- E) as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, em ambos os casos, o trânsito em julgado

18. O *caput* do art. 205 da CRFB/88 preconiza: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse sentido, o texto constitucional estabelece que:

- A) o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo
- B) é vedado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei
- C) as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- D) as universidades gozam de autonomia didático-científica e administrativa, mas não de gestão financeira e patrimonial
- E) compete às escolas censurar os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola

19. O artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) versa sobre a Administração Pública. Além dos vinte e dois incisos, esse artigo apresenta dezesseis parágrafos, que complementam os princípios e regras gerais previstos no *caput* e nos incisos. Um desses incisos determina que:

- A) a lei estabelecerá os prazos decadenciais para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento
- B) os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devem realizar avaliação das políticas públicas, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei
- C) os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível
- D) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos
- E) o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, devendo sua remuneração sofrer a devida alteração

20. A Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) objetiva efetivar a garantia da igualdade de oportunidades à população negra, a defesa de seus direitos, bem como o combate a todo e qualquer tipo de discriminação racial e intolerância étnica. No que tange à saúde, o conjunto de ações voltadas à população negra constitui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, organizada de acordo com as diretrizes previstas no artigo 7º do referido Estatuto. Uma dessas diretrizes consiste no(a):

- A) fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra
- B) inclusão do conteúdo da saúde da população negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde
- C) melhoria da qualidade dos sistemas de informação do SUS no que tange à coleta, ao processamento e à análise dos dados desagregados por cor, etnia e gênero
- D) ampliação e fortalecimento da participação de lideranças dos movimentos sociais em defesa da saúde da população negra nas instâncias de participação e controle social do SUS
- E) inclusão da temática saúde da população negra nos processos de formação política das lideranças de movimentos sociais para o exercício da participação e controle social no SUS

21. A Lei n.º 14.540/2023 é um marco no que se refere ao combate ao assédio sexual e à violência sexual, na medida em que institui diretrizes, mecanismos de proteção às vítimas, canais de denúncia e ações educativas destinadas à promoção de um ambiente institucional seguro e respeitoso. De acordo com essa lei, pode-se afirmar que:

- A) nas duas primeiras etapas da educação básica, o Programa restringir-se-á à formação continuada dos profissionais de educação
- B) os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei deverão manter, pelo período de dez anos, os registros de frequência, físicos ou eletrônicos, dos programas de capacitação ministrados na forma prevista no inciso VII do *caput* do art. 5º desta Lei
- C) o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual aplica-se no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal, mas não se aplica às instituições privadas
- D) no seu âmbito de atuação, o Poder Judiciário monitorará o desenvolvimento do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual, a fim de subsidiar o planejamento de ações futuras e a análise e consecução de seus objetivos e diretrizes
- E) um dos objetivos do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual é o de enfrentar e punir a prática do assédio sexual e demais crimes contra a dignidade sexual e de todas as formas de violência sexual nos órgãos e entidades abrangidos por essa Lei

22. A Lei n.º 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), em seu capítulo VI, seção III, trata da inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, concretizando princípios tais como o da dignidade da pessoa humana e o da igualdade material. A inserção competitiva da pessoa com deficiência pode ocorrer por meio de trabalho com apoio, devendo ser observadas algumas diretrizes, dentre elas o(a):

- A) articulação intrassetorial das políticas públicas
- B) respeito ao perfil vocacional e ao interesse da pessoa com deficiência apoiada
- C) proibição de realização de avaliações periódicas, de modo a não constranger a pessoa com deficiência
- D) prioridade no atendimento à pessoa com deficiência com menor dificuldade de inserção no campo de trabalho
- E) oferta de aconselhamento e de apoio aos empregados, com vistas à definição de estratégias de inclusão e de superação de barreiras, inclusive atitudinais

23. De acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR), a não utilização de regionalismos e neologismos, na redação de comunicações oficiais e atos normativos, confere ao texto:

- A) clareza
- B) precisão
- C) concisão
- D) coerência
- E) formalidade

24. O padrão ofício é o expediente usado na comunicação oficial pela Administração Pública. No que tange às suas características formais e estruturais, de acordo com o *Manual de Redação da Presidência da República* (MRPR):






- A) o texto da data deve ser alinhado à margem esquerda da página
- B) o Manual estabelece o emprego de somente um fecho para todas as modalidades de comunicação oficial, que é a forma "Respeitosamente"
- C) excluídas as comunicações assinadas pelo Presidente da República, todas as demais comunicações oficiais não precisam informar o signatário.
- D) o texto do documento oficial deve seguir a mesma padronização de estrutura, independentemente do fato de ser usado para encaminhamento de documentos ou não
- E) o pronome de tratamento no endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por Vossa Excelência terá a seguinte forma: "A Sua Excelência o Senhor" ou "A Sua Excelência a Senhora"

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

25. Em relação ao uso de recursos dos sistemas operacionais, nas distribuições *Linux*, um diretório armazena as pastas dos usuários no mesmo local em que se localizam os *scripts* de carga de perfil e do *shell bash* de cada usuário. Já no *Windows 10 BR*, um atalho de teclado tem por finalidade possibilitar o acesso a programas que estejam abertos e em execução na modalidade de processamento conhecida por multitarefa preemptiva. O diretório e o atalho de teclado são, respectivamente

- A) /boot e Alt + F2
- B) /home e Alt + F2
- C) /boot e Alt + Ins
- D) /home e Alt + Tab
- E) /boot e Alt + Tab

26. Após digitar um texto no editor *Word 2024 BR*, um funcionário da UFRJ posicionou o ponteiro do mouse no início do texto e realizou a verificação e correção ortográfica em todo o documento, utilizando uma tecla de função. O mesmo resultado poderia ser obtido a partir do acionamento de um ícone exibido na "Faixa de Opções", ao pressionar a guia "Revisão", na "Barra de Menu". A tecla de função e o ícone são, respectivamente:

- A) F7 e 
- B) F9 e 
- C) F7 e 
- D) F9 e 
- E) F7 e 

27. A planilha abaixo foi criada no *software Calc* da Suíte *LibreOffice* 25.8.3.2, versão em português. Para tanto, foram realizados os procedimentos listados abaixo.

	A	B	C	D	E	F	G
1							
2							
3							
4							
5			LICITAÇÃO - AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS				
6	COD	DESCRIÇÃO	FORNECEDORES - PREÇO TOTAL			MENOR	FORNECEDOR
7	A1	Notebook Intel	R\$4.199,00	R\$3.999,00	R\$5.100,00	R\$3.999,00	UFRJ-2
8	A2	SSD 1 TB SATA	R\$499,00	R\$587,00	R\$531,00	R\$499,00	UFRJ-1
9	A3	Pendrive 64 GB	R\$70,00	R\$69,00	R\$67,00	R\$67,00	UFRJ-3
10	A4	Multifuncional	R\$1.599,00	R\$1.230,00	R\$1.497,00	R\$1.230,00	UFRJ-2
11			TOTAL DA LICITAÇÃO =				R\$5.795,00
12							

- Nas células de C7 a E10, foram digitadas as cotações dos fornecedores e participantes da licitação.
- Em F7, foi inserida uma fórmula utilizando a função **MENOR** para determinar a menor cotação dos fornecedores para o item "Notebook Intel". Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de F8 a F10 para determinar a menor cotação nos demais itens.
- Em G7, foi inserida uma fórmula usando a função **SE**, que compara a cotação do fornecedor com a menor cotação usando o conceito de referência absoluta, e indica, em G7, o fornecedor vencedor no item em B7. Essa fórmula foi selecionada e copiada para as células de G8 a G10.

A partir disso, pode-se assumir que as fórmulas inseridas em F8 e G7 foram, respectivamente:

- A) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)
- B) =MENOR(C8:E8) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- C) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;&C&6;SE(G7=C7;&D&6;&E&6)
- D) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;#C#6;SE(G7=C7;#D#6;#E#6)
- E) =MENOR(C8:E8;1) e =SE(F7=C7;\$C\$6;SE(G7=C7;\$D\$6;\$E\$6)

28. No que diz respeito aos conceitos da *internet*, é comum baixar, de sites específicos, arquivos e *softwares* para leitura de arquivos em formato PDF, o que caracteriza a realização de uma determinada atividade. Para isso, é imprescindível usar o acesso a sites por meio de *browsers*, como o *Google Chrome*, particularmente quando se utiliza um *notebook Intel* com *Windows 11 BR (x64)*. Nesse *browser*, o atalho de teclado **Ctrl + D** é executado com uma função bem específica. A atividade e a função do atalho de teclado são conhecidas, respectivamente, como:

- A) *download* e excluir conteúdo armazenado em Histórico
- B) *downsize* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- C) *download* e adicionar ou editar site à Barra de Favoritos
- D) *downsize* e imprimir página visualizada na tela do monitor
- E) *download* e imprimir página visualizada na tela do monitor

29. No que se relaciona às tecnologias, atualmente, em algumas organizações, é implementada uma rede de computadores privada, acessível apenas para usuários autorizados. Ela funciona como uma espécie de *internet* interna, permitindo a comunicação e o compartilhamento seguro de informações e dados entre os colaboradores de uma empresa. Essa rede emprega os mesmos protocolos da *Internet*, como TCP/IP, mas atua de forma isolada da rede *WAN*. A rede privada usa a tecnologia *Ethernet* para conectar todos os dispositivos, permitindo a troca de arquivos e envio de mensagens de forma segura. Essa rede é conhecida como:

- A) bitnet
- B) infnet
- C) intranet
- D) extranet
- E) metronet

30. Em relação à segurança da informação, ameaça pode ser considerada qualquer ação que coloque em risco as propriedades de segurança de um sistema. Nesse sentido, três tipos de ameaças às propriedades básicas de segurança são descritas a seguir.

- I. um processo vasculhar as áreas de memória de outros processos, arquivos de outros usuários, tráfego de rede nas interfaces locais ou áreas do núcleo do sistema, buscando dados sensíveis como números de cartão de crédito, senhas e e-mails privados.
- II. um processo alterar as senhas de outros usuários, instalar programas, *drivers* ou módulos de núcleo maliciosos, visando a obter o controle do sistema, roubar informações ou impedir o acesso de outros usuários.
- III. Um processo no qual um usuário busca alocar para si todos os recursos do sistema, como a memória, o processador ou o espaço em disco, para impedir que outros usuários possam utilizá-lo.

Os tipos de ameaça descritos são caracterizados, respectivamente, como ameaças à:

- A) integridade, disponibilidade e autenticidade
- B) disponibilidade, autenticidade e irretratabilidade
- C) confidencialidade, integridade e disponibilidade
- D) irretratabilidade, confidencialidade e integridade
- E) autenticidade, irretratabilidade e confidencialidade

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. No âmbito do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais previsto na NR-01, a avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revisto periodicamente. Nesse contexto, a regra estabelecida é a revisão:

- A) anual obrigatória, sem previsão de exceções
- B) a cada cinco anos, como prática padrão do PGR
- C) a cada três anos, independentemente da adoção de sistema de gestão de SST
- D) a cada dois anos, exclusivamente na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho
- E) a cada dois anos, podendo o prazo ser ampliado para até três anos quando a organização possuir certificação em sistema de gestão de SST

32. Segundo a NR-09, deve ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos. De acordo com o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a avaliação preliminar da exposição aos agentes ambientais tem como finalidade principal:

- A) comprovar o enquadramento legal da atividade como insalubre
- B) definir os limites de tolerância aplicáveis aos agentes identificados
- C) medir quantitativamente todos os agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho
- D) estimar a exposição ocupacional e subsidiar a decisão quanto à necessidade de avaliação quantitativa
- E) substituir a elaboração de laudos técnicos e demais documentos ambientais exigidos pela legislação

33. Considerando os critérios estabelecidos no Anexo 11 da NR-15 para avaliação da exposição a agentes químicos, o valor máximo admissível corresponde ao produto entre o limite de tolerância e o fator de desvio aplicável à substância. Diante disso, sabendo-se que o álcool etílico possui limite de tolerância de 780 ppm, o valor máximo permitido para esse agente é:

- A) 858 ppm
- B) 900 ppm
- C) 975 ppm
- D) 1000 ppm
- E) 1560 ppm

34. Durante uma auditoria em um serviço de saúde, verificou-se que a área radiativa possuía o símbolo internacional de radiação e a identificação das fontes, porém não apresentava todas as informações exigidas pela NR-32 quanto à sinalização. De acordo com essa norma, constitui informação obrigatória a ser contemplada na sinalização dessas áreas a:

- A) descrição dos procedimentos administrativos do serviço de saúde
- B) definição do enquadramento previdenciário da atividade exercida
- C) identificação nominal dos trabalhadores autorizados a acessar a área
- D) indicação do adicional de insalubridade aplicável aos trabalhadores expostos
- E) identificação das vias de circulação, entrada e saída para condições normais e de emergência

35. Um trabalhador está simultaneamente exposto a três substâncias orgânicas distintas, todas com efeitos tóxicos semelhantes sobre o sistema nervoso central. As concentrações ambientais medidas indicam que nenhum dos agentes, de forma isolada, ultrapassa seu respectivo TLV-TWA. Considerando os limites internacionais de exposição ocupacional e o critério aplicável a misturas de agentes químicos, pode-se afirmar que a situação descrita:

- A) é aceitável, pois nenhum agente excede individualmente seu TLV-TWA
- B) dispensa avaliação integrada por se tratarem de substâncias distintas
- C) só representa risco se houver ultrapassagem do limite de curta duração
- D) exige a soma das frações das exposições em relação aos TLVs individuais
- E) deve considerar apenas o agente presente em maior concentração ambiental

36. Durante a elaboração de um LTCAT, um engenheiro de segurança identifica que determinado agente químico utilizado no processo produtivo está classificado pela *International Agency for Research on Cancer* (IARC) como Grupo 2A. A empresa questiona se essa classificação indica certeza absoluta de carcinogenicidade em humanos. Considerando os critérios da IARC, a classificação Grupo 2A indica que:

- A) há evidências suficientes de carcinogenicidade em humanos
- B) há evidências limitadas em humanos e evidências suficientes em animais
- C) há evidências limitadas em humanos e evidências inadequadas em animais
- D) não há evidências técnicas suficientes em humanos nem em animais de experimentação
- E) trata-se de agente carcinogênico apenas em condições experimentais específicas, sem relevância para exposições ocupacionais

37. Um trabalhador exerce suas atividades em ambiente interno, sem carga solar, sendo realizada a avaliação de exposição ao calor conforme o Anexo 3 da NR-15. Durante a medição, verificou-se que os valores da temperatura de bulbo úmido natural (T_{bn}) e da temperatura de globo (T_g) eram, respectivamente, 23 °C e 28 °C. Com base nesses dados, o valor do Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo (IBUTG) é:

- A) 24,5
- B) 25,2
- C) 26,0
- D) 26,8
- E) 27,5

38. No âmbito do Programa de Qualidade do Ar, a ANVISA estabelece parâmetros para avaliação da contaminação microbiológica do ar interior. Nessa avaliação, a concentração máxima recomendada de fungos viáveis no ar é expressa em:

- A) partes por milhão (ppm)
- B) taxa metabólica dos ocupantes
- C) índice de renovação de ar por hora
- D) miligramas por metro cúbico (mg/m³)
- E) unidades formadoras de colônia por metro cúbico (UFC/m³)

39. No método RULA (*Rapid Upper Limb Assessment*), a avaliação é estruturada em dois grandes grupos corporais, cada um com critérios próprios de pontuação. Esses critérios são, posteriormente, combinados para obtenção do escore final de risco. Considerando a estrutura metodológica do RULA, a composição dos Grupos A e B avaliados pelo método pode ser descrita como o Grupo A:

- A) avalia membros inferiores, e o Grupo B avalia membros superiores e cabeça
- B) avalia postura global do corpo, e o Grupo B avalia somente a aplicação de força e carga
- C) avalia braço, antebraço e punho, enquanto o Grupo B avalia pescoço, tronco e pernas
- D) avalia pescoço, tronco e pernas, enquanto o Grupo B avalia braços, antebraços e punhos
- E) avalia exclusivamente ombros e cotovelos, e o Grupo B avalia apenas coluna lombar e cervical

40. De acordo com a Norma Técnica de Biossegurança para Laboratórios de Saúde Pública, aprovada pela Portaria n.º 3.204/2010, as medidas de contenção são fundamentais para a redução dos riscos inerentes às atividades laboratoriais. Nesse contexto, considera-se barreira de contenção o conjunto formado por:

- A) apenas equipamentos de proteção individual utilizados pelos trabalhadores
- B) procedimentos, equipamentos e instalações utilizados para reduzir ou eliminar riscos à saúde e ao meio ambiente
- C) ações administrativas e treinamentos voltados exclusivamente à capacitação dos profissionais do laboratório
- D) normas operacionais associadas a práticas de qualidade, rastreabilidade e controle documental das atividades laboratoriais
- E) critérios administrativos voltados exclusivamente à gestão orçamentária, à alocação de recursos financeiros e ao planejamento estratégico institucional

41. De acordo com a ABNT NBR 9050, nas edificações existentes, a acessibilidade deve ser:

- A) exigida apenas em edificações novas
- B) aplicada exclusivamente em áreas administrativas
- C) dispensada quando houver limitações físicas da edificação
- D) promovida por meio de adaptações possíveis, garantindo segurança, autonomia e uso adequado dos espaços
- E) limitada à construção de rampas de acesso externo, desde que não haja alteração estrutural significativa no edifício

42. O Anexo III do Decreto n.º 42/2018 (COSCIPI/RJ) apresenta as tabelas de exigências de segurança contra incêndio e pânico, incluindo, entre outras, saídas de emergência, iluminação e sinalização de emergência, sistemas de detecção e alarme, controle de materiais de acabamento e sistemas de combate a incêndio, conforme a classificação da ocupação e da edificação. Durante a análise de um projeto enquadrado em ocupação prevista nesse anexo, as exigências de segurança contra incêndio e pânico devem:

- A) ser aplicadas apenas após vistoria presencial do CBMERJ
- B) ser definidas exclusivamente pelo responsável técnico do projeto
- C) observar apenas os critérios gerais do corpo principal do Decreto
- D) ser substituídas por parâmetros técnicos internacionais equivalentes
- E) atender às medidas de segurança estabelecidas nas tabelas do Anexo III, complementadas pelas respectivas Notas Técnicas

43. Em conformidade com a Norma Regulamentadora n.º 33, o equipamento de leitura direta obrigatório para a avaliação inicial e para o monitoramento contínuo da atmosfera deve ser intrinsecamente seguro e dotado de alarmes sonoros e visuais, como o(a):

- A) amostrador passivo
- B) tubo colorimétrico descartável
- C) bomba gravimétrica para poeiras
- D) detector eletrônico multigases portátil
- E) cromatógrafo gasoso com análise laboratorial posterior

44. Na avaliação da exposição ocupacional ao ruído contínuo ou intermitente, conforme critérios técnicos de higiene ocupacional, o equipamento capaz de integrar os níveis de pressão sonora ao longo do tempo, permitindo a determinação do nível médio equivalente (Leq ou Lavg), é o:

- A) anemômetro digital
- B) explosímetro portátil
- C) medidor de nível de pressão sonora do tipo integrador
- D) luxímetro digital para medição de iluminância ambiental
- E) analisador de vibração ocupacional com sensor acelerométrico triaxial

45. De acordo com o Programa de Proteção Respiratória (PPR) da Fundacentro, o Fator de Proteção Mínimo Requerido (FPMR) para a seleção de um respirador é obtido pela razão entre:

- A) eficiência do filtro mecânico e a resistência à respiração
- B) concentração do contaminante e seu limite de exposição
- C) pressão negativa do interior da peça facial e a pressão externa
- D) volume de ar inspirado pelo usuário e a capacidade máxima do filtro
- E) tempo de saturação do cartucho químico e o período de jornada do trabalhador

46. De acordo com a Norma Regulamentadora n.º 16 (Atividades e Operações Perigosas), a caracterização do adicional de periculosidade para trabalhadores que atuam em áreas de risco deve ser realizada:

- A) por meio de enquadramento qualitativo em seus anexos
- B) mediante a avaliação da dose diária de exposição ao risco
- C) por cálculos estatísticos que determinem a probabilidade de sinistro
- D) através de medições quantitativas de concentração no ambiente
- E) pela comprovação da inexistência de proteção individual fornecida pela empresa

47. Um engenheiro de segurança calcula a Taxa de Gravidade (TG) anual de uma empresa que apresentou 300 dias perdidos e 900 dias debitados, com um total de 400.000 horas-homem de exposição ao risco. Considerando a TG expressa por 1.000.000 de horas, conforme a NBR 14280, o valor correto é:

- A) 3000
- B) 3500
- C) 6000
- D) 7500
- E) 9000

48. Um engenheiro de segurança do trabalho avalia a exposição ocupacional à vibração de corpo inteiro em um equipamento móvel que opera sobre piso irregular. Durante a análise dos registros instrumentais, observa-se que, embora o valor eficaz ponderado da aceleração permaneça relativamente estável ao longo da jornada, ocorrem picos instantâneos elevados e repetitivos, associados a impactos durante a operação. À luz dos critérios técnicos da NHO-09, essa situação demanda atenção específica do engenheiro porque a:

- A) estabilidade do valor eficaz caracteriza vibração contínua e homogênea
- B) duração diária da exposição é o principal elemento para definir a severidade
- C) presença de picos elevados exige a verificação do fator de crista para avaliar a adequação do uso do valor eficaz
- D) ponderação em frequência aplicada na medição elimina os efeitos dos choques e impactos sobre a avaliação da vibração
- E) análise da exposição deve restringir-se ao valor médio diário da aceleração ponderada, independentemente da forma temporal do sinal registrado

49. Segundo a Norma Regulamentadora n.º 10, para que uma instalação seja considerada efetivamente desenergizada, além do seccionamento, do impedimento de reenergização, da proteção e da sinalização, é obrigatório realizar a:

- A) constatação da ausência de tensão e o aterramento
- B) aplicação de luvas isolantes e o teste de carga funcional
- C) liberação formal por habilitado e o bloqueio administrativo
- D) capacitação dos trabalhadores e a emissão de ordens de serviço
- E) supervisão técnica permanente e a inspeção visual dos componentes

50. Em um estudo ocupacional, dois trabalhadores expostos ao mesmo contaminante químico apresentaram concentrações biológicas semelhantes, porém desenvolveram respostas fisiológicas de intensidades diferentes. Isso ocorre em função da interação do agente com alvos celulares específicos. Do ponto de vista toxicológico, essa diferença de resposta é definida pela:

- A) toxicocinética do agente
- B) toxicodinâmica, relacionada ao mecanismo de ação no sítio-alvo
- C) toxicidade intrínseca da substância, considerada de forma independente do organismo exposto
- D) classificação do contaminante como tóxico local ou sistêmico, baseada apenas no órgão-alvo primário
- E) relação dose-efeito estabelecida a partir de modelos experimentais, sem considerar variabilidade individual

PROVA ESCRITA – PARTE DISCURSIVA

Orientações:

Esta prova é composta de 03 (três) questões discursivas, que deverão ser respondida dentro do espaço correspondente na folha de respostas da prova discursiva (**no verso do cartão de respostas**).

A folha de rascunho do caderno de questões será de preenchimento facultativo e **não** será válida, em hipótese alguma, para avaliação da prova discursiva do candidato. O candidato que entregar a prova discursiva em branco não será avaliado pela banca de correção e, conseqüentemente, será eliminado do concurso, ainda que haja registro no rascunho.

Certifique-se de **não** colocar marcas, nem assinar, rasurar ou preencher seu nome na **folha de resposta da prova discursiva**. Enfatiza-se que o candidato não poderá assinar em lugar algum ou fazer qualquer tipo de identificação, sob pena de anulação da sua prova e conseqüente eliminação deste certame.

A questão deve ser respondida utilizando o mínimo de **3 linhas** e o máximo de **20 linhas**. Qualquer fragmento de resposta que ultrapassar esse limite será desconsiderado, tornando a resposta incompleta para efeito de correção.

Será atribuída nota zero à questão da prova discursiva que:

- a) fugir à proposta apresentada nas questões;
- b) identificar, rubricar ou registrar qualquer palavra, marca ou sinal que identifique o candidato nas folhas de respostas (parte discursiva);
- c) redigir a lápis, parte ou a totalidade das respostas;
- d) deixar as folhas de respostas da parte discursiva em branco; e
- e) apresentar letra ilegível.

Segundo os termos do edital, não será permitida nenhuma espécie de consulta nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

Total de pontos da prova discursiva: **10 (dez) pontos**.

QUESTÃO Nº 1

Um professor do curso de Medicina de uma universidade federal, servidor público efetivo aprovado em concurso público, exerce atividades docentes e acadêmicas que incluem aulas teóricas, supervisão de atividades práticas e participação em rotinas acadêmicas vinculadas a ambientes universitários. Em determinados períodos do semestre, o docente acompanha atividades desenvolvidas em espaços onde pode haver a presença de agentes físicos e biológicos, além de transitar por ambientes cuja organização do trabalho decorre da dinâmica administrativa e acadêmica da instituição.

Em razão dessas atividades, uma solicitação de análise quanto à possibilidade de concessão do adicional de insalubridade foi encaminhada à unidade de gestão de pessoas da universidade, sendo necessária a avaliação das condições de exposição do servidor, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEGGG/ME n.º 15/2022.

Diante do exposto, descreva e analise, de forma fundamentada e com base exclusivamente na Instrução Normativa SGP/SEGGG/ME n.º 15/2022:

- os conceitos de exposição eventual ou esporádica, habitual e permanente;
- a relevância desses conceitos para a caracterização do direito ao adicional de insalubridade;
- as situações em que a legislação expressamente não reconhece o direito ao adicional, ainda que haja alegação de exposição pelo servidor.

QUESTÃO Nº 2

Em uma reclamação trabalhista proposta por um empregado de empresa terceirizada que presta serviços de limpeza em uma universidade pública, o trabalhador alega exposição ocupacional a agentes nocivos à saúde no exercício de suas atividades. Diante da controvérsia quanto à caracterização e à classificação da insalubridade, o juízo determina a produção de prova pericial.

No curso do processo, é nomeado perito do juízo para a realização da perícia técnica, e o engenheiro de segurança do trabalho da universidade é indicado por uma das partes como assistente técnico para acompanhamento dos trabalhos periciais.

Considerando o caso apresentado, elabore um texto técnico, abordando, necessariamente:

- a diferença entre o perito do juízo e o assistente técnico, quanto à forma de designação, à função processual e à atuação no processo pericial;
- os requisitos legais relativos à formação profissional e à habilitação exigidas para a realização de perícia destinada à caracterização e à classificação da insalubridade, nos termos da legislação trabalhista;
- a norma regulamentadora aplicável à avaliação de agentes biológicos no contexto da insalubridade, identificando o respectivo anexo e descrevendo os principais aspectos técnicos que devem ser considerados na análise das atividades efetivamente desenvolvidas pelo trabalhador, para fins de enquadramento da insalubridade prevista nessa norma.

QUESTÃO Nº 3

Durante uma atividade de manutenção predial, um trabalhador é designado para executar serviços em local elevado, com risco de queda. Para a execução dessa atividade, a empresa informa que adota os procedimentos de segurança previstos na Norma Regulamentadora que trata do trabalho em altura.

Com base na Norma Regulamentadora n.º 35 (NR-35), elabore um texto técnico, abordando:

- o conceito de trabalho em altura;
- as medidas de prevenção aplicáveis ao trabalho em altura;
- duas responsabilidades do empregado relacionadas à segurança na execução de atividades em altura.

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 1
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 2
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	

RASCUNHO

RASCUNHO DA QUESTÃO Nº 3
MÍNIMO DE 3 E MÁXIMO DE 20 LINHAS

1	
5	
10	
15	
20	